



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682379 - PR (2021/0232211-5)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA
ADVOGADO : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA - PR046769
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : KELVIN FREITAS FONSECA DELEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KELVIN FREITAS FONSECA DELEIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Apelação Criminal n. 15948-07.2019.8.16.0030).

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo-lhe sido cominadas as penas de 5 anos e 10 meses de reclusão, no regime inicial fechado, e de 583 dias-multa, à razão do valor unitário mínimo.

O impetrante sustenta a ausência de comprovação do elemento subjetivo exigido pelo tipo penal imputado ao paciente - o dolo.

Dessa forma, pleiteia a concessão de medida liminar, sem especificar qual sentido. No mérito, pugna pela concessão da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A condenação do paciente encontra alicerce em ampla cognição fático-probatória.

O afastamento do dolo atribuído ao condenado depende, necessariamente, de reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Solução dessa espécie de controvérsia deve acontecer no curso da instrução criminal.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS SUFICIENTES. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. RÉU QUE SE DEDICA À ATIVIDADE CRIMINOSA. ALTERAÇÃO DESSE ENTENDIMENTO. REEXAME DE FATOS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Apoiada a condenação pelo delito de tráfico de entorpecentes em prova suficiente, o acolhimento do pedido de absolvição demanda o exame aprofundado dos fatos, o que é inviável em habeas corpus. Segundo se infere, há testemunhos seguros, somado ao conjunto probatório trazido como fundamento no acórdão recorrido (auto de prisão em flagrante, auto de exibição e apreensão

e laudo de exame toxicológico), de que o agravante e os corréus, agindo em concurso, tinham em depósito, guardavam e transportavam, para fins de entrega a consumo de terceiros, 622,10g de cocaína e um total de 192,4g de maconha fracionados, em desacordo com a lei ou norma regulamentar.

[...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 631.665/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/04/2021, DJe 30/04/2021)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência